

Prezados Colegas, bom dia a todos e a todas!

Gostaria de dar as boas-vindas a todos e a todas, em nome da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, ANAMATRA, a esse X Encontro Anual do Programa Trabalho, Justiça e Cidadania.

Em primeiro lugar, gostaria de registrar um abraço fraterno à Claudine, à Zuila e aos nossos colegas da Amatra-8, anfitriões especiais e visivelmente dedicados à causa do TJC. E, claro, é preciso falar de Belém do Pará, terra berço da cultura brasileira.

Todos nós, participantes desse evento, partilhamos da crença neste que começou como um projeto, há mais de uma década, e hoje já possui a consistência de um Programa.

O TJC nasceu do desejo dos juízes do trabalho em aumentar o contato com a realidade social, a fim de melhor atender os jurisdicionados. Sem dúvida, se por um lado o TJC visa diretamente ao atendimento dos jovens e adultos inseridos nas redes de ensino, por outro, é a função jurisdicional que ganha qualitativamente com o engajamento social dos seus juízes. Do juiz de gabinete para o juiz na escola, na rua, na comunidade. Um juiz certamente mais real e humanizado.

O ano de 2015, a essa altura, já pode ser considerado um ano histórico: verdadeira prova de fogo para a jovem democracia brasileira. Em poucos meses, temos assistido desfilar diante de nós, notadamente nos debates no Parlamento, no conteúdo de projetos e propostas do Executivo e em manifestações de certos grupos da sociedade, discussões voltadas à redução de direitos e da cobertura social, em temas sensíveis como terceirização, pensionamento previdenciário, seguro-desemprego e redução salarial, assim como à intolerância com demandas das minorias, envolvendo questões como as uniões homoafetivas, a desigualdade de gênero, a redução da maioria penal e laboral, dentre outras.

Num cenário como esse, é fundamental manter coesa e firme a ideia central do TJC, consistente na discussão de lições de cidadania, renovando a crença de que a construção da

democracia perpassa pelo conhecimento efetivo dos direitos e das formas de acesso à Justiça.

O TJC pode ser e é um instrumento poderoso para o desenvolvimento de uma educação em direitos humanos, que visa ao futuro de uma sociedade que possa se reconhecer formada de homens e mulheres livres e iguais, com respeito às diferenças e potencial de desenvolvimento para todos.

Os Princípios Fundamentais da Constituição, as Noções Básicas de Direitos Trabalhistas, as Questões da Cidadania e a Preocupação Ambiental têm estado presentes nos diálogos que o TJC promove no Brasil inteiro, mantendo estreita interlocução com a sociedade.

Para que o projeto possa continuar crescendo e se consolidando, são importantíssimas as parceiras que possam ser estabelecidas e incrementadas com os Tribunais, o Ministério Público do Trabalho, a advocacia e a academia. Somados esforços, ganha qualidade o voluntariado e torna-se viável quantitativamente a sua expansão.

Sem dúvida, o TJC traz a marca do voluntariado e expressa o compromisso com a solidariedade e a realização dos direitos fundamentais.

O TJC, porém, não é um todo uniforme. Ele vem sendo construído na medida da sua aplicação e implementação observando-se as diversas realidades regionais. É preciso preservar e contar essa história. Trata-se da história de uma das mais relevantes atuações sociais da magistratura do trabalho. Por isso, estamos todos empenhados no projeto do Livro do TJC, cuja obra será lançada no CONAMAT de 2016 em Salvador-BA. A Anamatra fará 40 anos de um associativismo diferenciado e é possível contar a sua história a partir de uma das suas mais importantes atividades.

Certamente, não será a primeira compilação sobre o TJC, nem a obra mais importante e tampouco a última. Pretende ser, contudo, a contribuição dessa geração de participantes e construtores do Programa para a memória do TJC. Nesse exercício de

memória que o livro representará, serão relevantes as falas e as impressões daqueles meninos e meninas, jovens, adultos, idosos, estudantes dos cursos profissionalizantes, trabalhadores, que foram e são, na verdade, os principais protagonistas do Programa.

Para isso, no nosso X Encontro contaremos com a presença de Gustavo Di Angelis, profissional contratado pela Anamatra, e que auxiliará nessa tarefa, coletando informações, fazendo apontamentos, realizando entrevistas. Tive a grata satisfação de já ter trabalhado com Gustavo na época do Observatório da Constituição e da Democracia da Universidade de Brasília e depois na reformulação da revista da Amatra-10. A colaboração dos coordenadores regionais será fundamental para essa empreitada.

Nesses dois dias de atividade, certamente poderemos trocar experiências, compartilhar impressões, vislumbrar novas possibilidades e construir espaços para a expansão e a consolidação do TJC.

Esse momento de reflexão anual é importantíssimo porque oferece a oportunidade do conagraçamento entre aqueles que compartilharam durante o ano todo os desafios e as alegrias que um Programa como o TJC representa. Mas, para além do conagraçamento, é preciso voltar nossos olhos para o futuro, a fim de que possamos pensar no TJC dos próximos anos. Para isso, é fundamental que estejam na órbita das nossas preocupações a questão da ampliação do trabalho voluntário; a busca por apoio institucional àqueles que se engajam no projeto; o atendimento de maior número de instituições de ensino, devendo estar presentes também aquelas que estão voltadas ao atendimento de jovens e adultos portadores de deficiência, além daqueles que sofrem restrição de liberdade em razão de medidas socioeducativas ou punitivas; a reformulação permanente do nosso material de trabalho, inclusive para que possamos refletir sobre formas de proteção que transcendam o contrato de emprego; a viabilidade financeira, pensando especialmente a realidade das Amatra's, para as ações do TJC.

Se esse elenco não exaustivo pode ser considerado um quadro desafiador, talvez mais importante do que ele seja a necessidade de pensar na formação atual e futura de uma magistratura que possa estar voltada a essas questões e disposta ao engajamento. Se por um

lado, em qualquer lugar no qual é aplicado, o TJC deixa um rastro de boas práticas, de reflexões produtivas e abre possibilidades para a cidadania, por outro, não se pode negar que por vezes a resistência, que pode significar verdadeiro bloqueio, à sua consolidação vem dos próprios magistrados.

Desse modo, o engajamento no TJC há de significar também o engajamento sobre a magistratura. Que magistratura? Com qual qualitativo? Com que compromisso social? Isso faz refletir também sobre o papel das associações de magistrados. A que servem? Qual o preço do eventual confinamento nas questões corporativas?

Até aqui temos construído a história de uma magistratura compromissária e compromissada com a cidadania para o trabalho e não é tarefa menor, ou de importância meramente indireta, considerar que deve estar dentre os objetivos do TJC a formação de novas lideranças, a renovação do voluntariado, o convencimento sobre a responsabilidade social que alcance os agentes políticos, ainda mais se considerarmos o que significa um Estado que se declara Democrático de Direito.

O ativismo do TJC tem superado barreiras, aliado que se encontra com o sistema educacional, e há de seguir também para tornar porosas e frágeis as resistências internas à sua existência.

Prezad@s coordenadores, líderes associativos, voluntários e parceiros do TJC, com essas palavras gostaria de deixar registrada a convicção da ANAMATRA de que o programa carrega a marca que acreditamos ser, e pretendemos que continue sendo, característica da magistratura do trabalho, qual seja, a da sensibilidade social.

Muito obrigada!